



ECONOMIA

“Se Estado ultrapassar o razoável tem de indemnizar proprietários”

Eduardo Oliveira e Sousa Presidente da Confederação dos Agricultores de Portugal (CAP) acredita que, se houver multas incomportáveis por causa da limpeza dos terrenos, Estado vai ter de ficar com as propriedades. “Ou seja, é um roubo”, diz

Entrevista Isabel Aveiro

As mais recentes medidas para a protecção da floresta merecem críticas de Eduardo Oliveira e Sousa, presidente da CAP – Agricultores de Portugal. No caso da limpeza dos terrenos, a legislação peca no conteúdo e na forma de transmissão – “porque obrigou algumas pessoas a fazerem asneiras”. Na rede secundária de áreas de terreno para protecção (faixas de gestão de combustível), há que não onerar os proprietários com responsabilidades do Estado, diz. **O facto de estar a chover há várias semanas dificulta a discussão sobre a seca e que ela “veio para ficar”, como disse?** Tenho esperança que a seca que nos assolou nestes dois últimos anos foi de tal maneira violenta, pela persistência e pelo impacto que teve nas consequências de quem a sofreu e na continuidade das notícias, que tenha sido uma espécie de “ano zero” para se discutir muito a fundo o que significa este tipo de fenómeno, consequência das alterações climáticas. Foi nessa perspectiva que disse que “veio para ficar”. A chuva ter sido forte e persistente durante este curto período de tempo vem provar que estamos em seca. É uma confirmação, segundo os especialistas, das alterações climáticas. A seca não é não chover. A seca é esta situação atípica do nosso clima que não era tão marcadamente diferente como é agora. Porque a seca do ar, associada à temperatura, provocou ao nível do solo e da fisiologia das próprias plantas condições de arderem com muito mais velocidade do que é normal. Uma das características dos incêndios de 2017 foi o tipo de fogo que tivemos naquelas ocorrências. Temos de,

tecnicamente, estudar novas formas de explorar a floresta, de ordená-la – mais do que ser contra o eucalipto, o pinheiro ou seja o que for – para darmos corpo a um futuro assente no conhecimento. E não na reacção à situação no momento – tivemos agora o exemplo daquilo que não deve ser feito.

A reforma [da floresta]?

Esta legislação da limpeza [dos terrenos] à volta das casas e das povoações.

Foi mal feita?

Foi mal feita, porque não foi feita com base na técnica, mas na base da emoção e da resolução política de um problema – que nem sequer é um problema que tem a ver com a floresta, mas com a protecção das pessoas.

Então foi uma reacção emocional e política?

Exactamente, mas entrando quase pela demagogia, que deu origem às correcções. A campanha de informação foi péssima e o veículo utilizado, pior ainda. Porque utilizar a correspondência da autoridade tributária para fazer chegar um determinado recado às pessoas é utilizar a força, a coacção. Foi o único veículo que o Governo entendeu que seria eficaz. Foi eficaz pelo mau sentido. Porque obrigou algumas pessoas a fazerem asneiras. E vai obrigar as pessoas, que eventualmente venham a ser objecto de contra-ordenações, de autos, etc., a reagirem pela via judicial. E atirando para não sei quando a solução de um problema que temos que agarrar com as mãos. O Estado – o Governo – quis sacudir a responsabilidade imediata sobre a questão, atribuindo responsabilidades às autarquias e das autarquias para os proprietários, como se não fosse um problema do Estado. E é um problema do Estado. Porque a protecção civil é um assunto que o Estado tem que assumir. E se

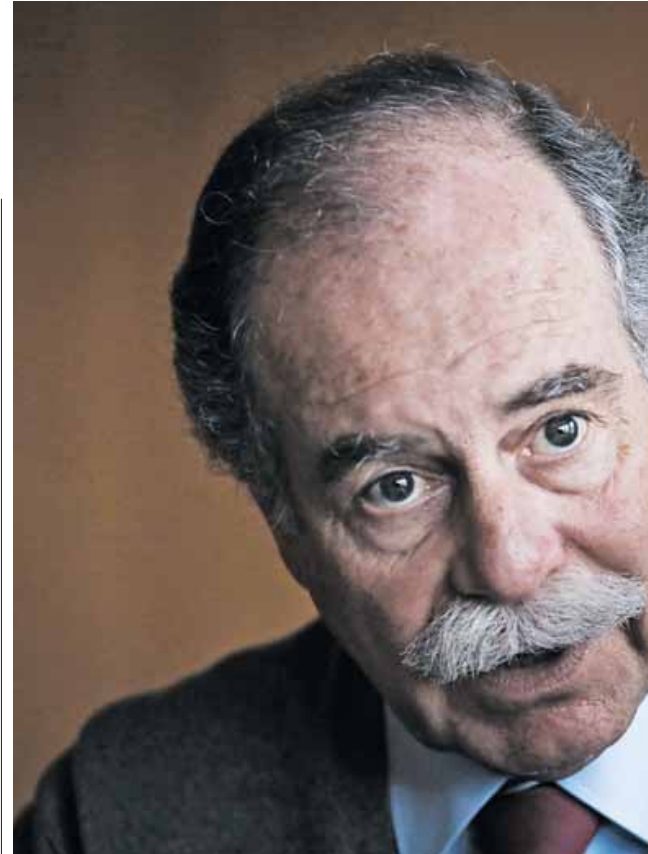
ultrapassar o razoável em termos dos direitos que os proprietários têm e das explorações a que estão ligados, o Estado tem que indemnizar.

Foi já dito que se os proprietários não limparem os terrenos, as autarquias podem vir a fazê-lo e depois passarem a factura aos proprietários...

Se houver uma propriedade em que o proprietário é uma pessoa doente ou uma pessoa ausente e tem a propriedade suja, muito perto das casas, com matos, não vejo como não haja como a autarquia intervir, limpar e depois tentar procurar o proprietário no sentido de se ressarcir da despesa. Mas aquelas imagens que estão associadas à animação [da mensagem das Finanças] de cortar tudo, é que já não concordo. Concordo com a limpeza daquilo que no campo chamamos o “mofedo”, matos impenetráveis, de silvas, de estevas.

Mas não árvores de fruto?

Nem de frutos, nem de floresta. Se são povoamentos florestais, o que eles têm que estar é bem geridos. E o bem gerido não é ter as árvores a dez metros umas das outras. É ter o terreno em condições de não haver propagação fácil do fogo de chão, etc. Outra coisa é a lei dizer “nós queremos que a partir de agora passe a haver uma faixa de protecção [da floresta] e essa faixa tem que ter uma determinada dimensão e o proprietário fica obrigado a fazer essa faixa” – isso é que não é admissível. Se o Estado quiser fazer isso, tem que indemnizar – tem que expropriar e tem que indemnizar. A tal rede primária [de faixa de gestão de combustível] prevê isso mesmo: quando haja uma propriedade que seja atravessada por uma faixa dessas, fica impedida de, naquela área, ter produção – aí o Estado indemniza. É o que o Estado tem que fazer se houver uma alteração



A protecção civil é um assunto que o Estado tem que assumir. E se ultrapassar o razoável em termos dos direitos dos proprietários e das explorações, o Estado tem que indemnizar

do coberto vegetal das propriedades onde isso possa vir a acontecer. O que o Estado está a dizer é que o proprietário que está encostado à faixa é que tem de pagar. Os outros que estão lá para trás já não precisam de fazer nada, porque aquele é que suportou os custos. Isto não pode ser. Tem que haver uma responsabilidade do Estado, que tem que ser assumida pelo Estado. **No sentido de expropriar e indemnizar?** Exactamente. Mexer no coberto vegetal, produtivo... porque um terreno florestado é como se fossem as máquinas de uma empresa, se lhe tira as árvores, deixa-se de poder produzir. As propriedades pequenas, com uma economia débil, associadas a pessoas que socialmente também



A agricultura que permitiu chegar ao século XX já não existe. Hoje a agricultura significa economia, não significa subsistência

NIUNO FERREIRA SANTOS



anterior tinha, por exemplo, a ideia de penalizar do ponto de vista fiscal os terrenos que não estivessem cuidados ou com utilização económica. Essa é uma hipótese?

Sou muito mais por ir pelo lado positivo do que pelo negativo.

Mas o “positivo”, aparentemente, não está a funcionar muito bem...

Talvez não seja suficientemente aliciente. Isto passa sempre por dinheiro e sou o primeiro a reconhecer que o dinheiro é um problema complicado. O instrumento mais fácil que o Governo às vezes usa é [recorrer a] benefícios fiscais. Se uma pessoa lhe disser que lhe vai diminuir o seu imposto se fizer uma determinada acção na sua propriedade, mas já não pagar imposto – porque aquilo não lhe dá nada – o que é que lhe interessa dizer que vai pagar menos imposto? Mas se lhe disserem que se fizer uma acção, se calhar tem um prémio, aí as coisas talvez mudem de figura. Aí venha a imaginação e há muita coisa aí para fazer. A parte da divisão da propriedade tem muita importância, e temos que ser ambiciosos nalgumas medidas, porque não é possível continuar a dividir propriedades... Em Mação há 17.000 proprietários que têm 80.000 prédios/parcelas – e a povoação tem 7000 pessoas. E está totalmente identificado. Não pode ser. Não vai a bem, vai a mal.

E ceder o arrendamento em bolsa de terras ou a gestão Florestal (ZIF)?

Também, também. Essas figuras têm que ser todas exploradas. Mas a bolsa funciona por vontade dos próprios. Das pessoas que são donas daquelas parcelas todas, são muitas poucas – para não dizer quase nenhuma –, que são empresários florestais. São proprietários de um pedacinho de terra. Têm a sua vida profissional algures, querem lá saber que haja uma bolsa, ou um banco [de terras]. Agora, se houver uma ZIF, que depois utilize esses instrumentos, isso já é diferente. E depois há que incentivar a venda.

isabel.aveiro@publico.pt

“Ministério do Ambiente acha que é dono da água”

O Plano Nacional de Regadio (PNR), que vai custar 540 milhões e irrigar 90 mil hectares (49 mil no Alqueva) é ambicioso e suficiente?

Não. Fiquei muito satisfeito ao ouvir o primeiro-ministro falar da criação de uns laboratórios de observação para potenciar determinadas produções agrícolas, no interior do país. Dou muito boas-vindas ao movimento da sociedade de dinamização do interior – a agricultura tem ali uma palavra a dizer extraordinária. Porque, uma vez entrando a agricultura, tudo o resto pode vir atrás. Se não entrar a agricultura, aquilo vai ser sempre uma área deserta.

O PNR iria ajudar na matriz de combate à desertificação?

Sim, isso é que é um plano nacional de regadio. Um PNR é fazer uma rede pelo país fora, ir à procura dos locais onde o regadio possa ser potenciado para fixar aí uma economia diferente da que lá se pratica. E essa economia, no dia em que der frutos, vai diminuir o impacto da floresta, e vai ter menos fogos florestais. É por aí que o PNR deve ser ambicioso. Neste momento temos um conjunto de obras que têm que ser feitas para complementar o enorme esforço financeiro em Alqueva, cuja principal virtude é demonstrativa. Está ali a prova do que é o poder do regadio na Península Ibérica.

A agricultura que permitiu chegar ao século XX já não existe. Hoje em dia a agricultura significa economia, não significa subsistência. Noutras regiões do país, o que temos que fazer são “alquevazinhos” – algumas barragens, com o mesmo modelo, de fins múltiplos. E a primeira é a Barragem do Alvito, no Alto Tejo. E precisamos de olhar para as regiões da Guarda, de Trás-os-Montes, do Alto Alentejo.

Mas o regadio implica não só levar a água aonde é necessária, como ser disponibilizada a preços competitivos do ponto

de vista económico. Está a ser? No passado já houve queixas de que o preço era muito elevado...

O preço da água é uma matéria que não vou entrar aqui em muito pormenor porque é muito complexa. Porque mete o Ministério do Ambiente ao barulho, que não é pró-activo em relação ao regadio. O Ministério do Ambiente transformou-se numa entidade que acha que é dona da água e isso é perverso. A água é uma coisa que ninguém lhe pode negar. Mas o preço da água está associada aos custos pela gestão, e o mais difícil de controlar é o preço da energia, que em Portugal é absurdamente cara. Além disso, a factura ainda é mais cara, porque 50% do que lá vem não é energia. Mas o regadio não é só o regadio público. É muito importante serem criados incentivos ao crescimento do regadio privado. Neste momento isso está incluído no PDR [Plano de Desenvolvimento Rural], no investimento às explorações agrícolas – é perfeitamente insuficiente. Hoje há uma dificuldade enorme em licenciar tudo o que tem a ver com água por causa do Ministério do Ambiente. A APA [Agência Portuguesa do Ambiente] dificulta o mais possível os novos regadios, novas barragens. No âmbito da seca, uma das razões por que o dinheiro não chegou aos agricultores é a interferência do Ministério do Ambiente no processo de licenciamento dos furos de emergência para dar de beber aos animais – que tiveram uma dotação de 15 milhões, dos quais devem estar pagos 20 ou 40 mil euros, é uma ridicularia. **Que interferência do Ambiente?** Porque as pessoas dizem que precisam, o Ministério da Agricultura disponibiliza o dinheiro, mas é preciso uma licença do Ministério do Ambiente. Que, só para receber o papel, sem olhar, cobra logo 126 euros – que já não voltam para trás.

não são propriamente endinheiradas... O que consta é haver proprietários a dizerem às juntas de freguesia: “Fiquem com as terras. O que não quero é ter chatices nem com as Finanças nem com a GNR”.

Acha que vai haver mais abandono de terras?

Se o Estado começar a fazer multas e a querer cobrar aos proprietários verbas que sejam completamente incompatíveis com o tipo ou a dimensão da propriedade ou do agricultor envolvido, não tenho dúvidas que o Estado vai ter que ficar com as propriedades deles – ou seja, é um roubo.

Não equaciona muito, no seu discurso, a responsabilidade do proprietário. Mas há uma responsabilidade do

proprietário, não?

Há e não há. O proprietário é responsável se tiver a sua propriedade negligenciada. São casos pontuais. Esta lei não é para casos pontuais, veio generalizar aquilo que não é razoável ser generalizável. Esse é o grande problema. Que há proprietários que têm que ser “obrigados” a dar uma solução ao seu problema, isso há. E depois há outros problemas também associados à propriedade, que é a sua divisão, dimensão, a propriedade em espaço florestal. Na economia rural, três ou quatro árvores podem ser mais do que quatro ou cinco meses de reforma. E essa economia tem que ser mantida e acarinhada.

Mas como é que se convence o proprietário? O Governo



ECONOMIA



A concertação precisa de ser um local de concertar ideias, mais do que uma espécie de micro-parlamento. Não estamos ali para nos digladiarmos

“Não voltamos atrás na legislação laboral”

Entrevista Isabel Aveiro

“É inadmissível” para a CAP, hoje, voltar a negociar a “reforma estrutural” feita na legislação laboral, diz Oliveira e Sousa

Em entrevista dada antes de o primeiro-ministro, António Costa, anunciar a nova taxa para penalizar contratos a termo e de o ministro Vieira da Silva a apresentar, na sexta-feira, na concertação social, Oliveira e Sousa recusou voltar atrás na reforma da legislação laboral. **Na concertação social, quais são hoje as prioridades da CAP?** A bandeira da CAP é a bandeira da estabilidade e da evolução e do crescimento do sector. E isso precisava que ao nível da concertação determinados assuntos fossem estudados fora da actual carga política pelo lado do poder instituído que está a governar Portugal. O Governo e o Parlamento não vêem necessidade de levar à concertação social determinadas matérias porque têm a possibilidade de tomar a decisão que entenderem. Nos salários, foi exactamente o que aconteceu com a questão da não-assinatura por parte da confederações patronais do denominado “acordo de salário”. Que nada tem a ver com o salário mínimo. O que é que havia para negociar e sermos objectivos? Tudo aquilo que podia levar as empresas a encaixarem com mais facilidade a repercussão associada ao salário mínimo. Porque o salário mínimo é o início de uma escada que faz mexer toda uma tabela, e aí nós sentimos uma parede: o regime fiscal é pesadíssimo. A primeira vontade que os empregadores tiveram foi tentar negociar com o Governo por exemplo, mexer na taxa de IRC. Cedo nos apercebemos que era matéria onde não valia a pena

insistir. Então vamos buscar outras qu, associadas, possam diminuir a carga fiscal: pagamentos por conta, taxa para o fundo de compensação do trabalho...

A TSU [Taxa Social Única], não?

A TSU foi abandonada, até porque correu muito mal no ano passado. Não estava cá, mas foi acordado com este Governo que a TSU baixaria no ano de 2017 e o Parlamento chumbou essa medida. E por isso fomos procurar outras tentativas para minimizar os encargos fiscais das empresas. Mexer no fundo de compensação do trabalho nem sequer é mexer na fiscalidade, é mexer na tesouraria das empresas. Mexer no pagamento por conta não é mexer na fiscalidade, é mexer na tesouraria das empresas e do Governo, que está a utilizar as empresas para se financiar. E não o conseguimos obter. O Ministério das Finanças fechou-se completamente.

Então qual é a via?

Não havia condições para estarmos a colocar uma nova assinatura em cima de um documento que não tinha por que discutir o valor do salário porque estava decidido, e não havia “nenhumas” contrapartidas. Se me pergunta se o salário em vez de 580 podia ser 582 ou 583 euros, acho que sim, mas era preciso que tivesse havido uma abertura dos ministérios das Finanças e do Trabalho no sentido de mexer nisto. Mas não chegámos lá.

O salário mínimo poderia ter sido superior a 580 euros em 2018 caso os empregadores tivessem visto abertura do Ministério das Finanças sobre contrapartidas?

Contrapartidas fiscais e de tesouraria, que, de facto, não houve. Passado este período, a concertação, neste momento, pela tal força dos partidos que dão suporte ao Governo, o Bloco de Esquerda e o Partido Comunista já estão a querer trazer para cima das negociações as alterações à legislação laboral - é inadmissível.



NUNO FERREIRA SANTOS



Se o desemprego está a diminuir, significa que as alterações na legislação laboral não estão a prejudicar os trabalhadores

Considera que é inadmissível?

O que é que está a acontecer ao desemprego? Está a diminuir progressivamente. Então significa que as alterações que foram provocadas na legislação laboral não estão a prejudicar os trabalhadores.

Portanto, não voltamos atrás? Não aceitamos negociar um acordo para a legislação laboral?

Nós não voltamos atrás. O sector agrícola, enfrentando o drama da seca, e com o ano que assolou o país com os incêndios - quer queiramos, quer não, estão biliões de euros queimados naquelas

matas - não está em condições de dizer que vive um período folgado de rentabilidade e de rendimentos. Além disso, o sector agrícola que mais mão-de-obra utiliza é o associado aos produtos colhidos manualmente. Há uma força de trabalho manual muito importante que não pode ter um salário descomunal. Dizer que podia ser 580 ou 582 euros é uma coisa, falar em 615 ou 650 euros, como fala o PC, é perfeitamente absurdo. Significaria o quê? Não-emprego dessas pessoas e até talvez um acréscimo de desemprego dos trabalhadores portugueses que estão a trabalhar nessas áreas. O sector agrícola, que paga maioritariamente acima da tabela, recorre ao salário mínimo para o trabalho sazonal associado às colheitas. E, por isso, consideramos que ao nível da concertação social neste momento não há condições para encetar uma conversa porque não vai dar origem a negociações. Vai dar origem a uma decisão que é politicamente assumida pelo Parlamento. E não queremos de maneira nenhuma facilitar esse tipo de diálogo, porque consideramos que não estão criadas as condições. Uma área em que nós, neste momento, estamos muito carentes é na área da formação profissional, que levou imensos cortes - creio que o Governo está a olhar para isso.

E se o Governo, o BE e o PCP decidirem alterar, de qualquer das formas, independentemente da concertação social?

Espero que isso não aconteça. Se isso acontecer assim, é um recado, em que o Governo diz que a concertação não serve para nada. A concertação precisa, pelo contrário, de ser um local de concertar ideias e estratégias. Mais do que transformar a concertação numa espécie de microparlamento. Nós não estamos ali para nos digladiarmos.

isabel.aveiro@publico.pt

41%

No início de Março, o ministro da Agricultura, Capoulas Santos, afirmou que a taxa de execução do Plano de Desenvolvimento Rural, com 4000 milhões entre 2014 e 2020, está em 41%



“Se a PAC se mantiver como está, não vem mal ao mundo”

Isabel Aveiro

“Se na Política Agrícola Comum começar a ser difícil fechar as negociações – e o ministro [Capoulas Santos] está consciente disso e nós estamos de acordo – pelo menos que se mantenha como está”. E, “se a PAC se mantiver como está, não haverá daí mal ao mundo”, defende Eduardo Oliveira e Sousa, presidente da CAP – Agricultores de Portugal.

Após 2020, “o grande ponto de interrogação é a questão do orçamento, não só o da PAC mas também o da própria União Europeia”, à conta, também, da saída do Reino Unido. “No âmbito da PAC, se vier a verificar-se algum corte”, este “pode ser minimizado”. Como? Se acontecer o mesmo que na “revisão anterior – com grande empenho do relator [do Parlamento Europeu] da altura, que era o nosso actual ministro da Agricultura” – de “haver outra vez convergência entre os países, entre os que têm menores e os que têm maiores valores das ajudas”.

Se assim acontecer, “Portugal até pode ficar bem no retrato”, acredita Oliveira e Sousa. Mas alerta: “Não venham, por favor, repercutir algum reforço da contribuição portuguesa para o orçamento da União através de carga fiscal interna”. E manteve-se de fora “o co-financiamento do primeiro pilar, das ajudas directas”, que até agora “é 100% da união – e nós queremos que continue a ser assim”. Quanto à ideia, já sugerida por Bruxelas, de dar maior protagonismo a cada Estado-membro na definição da política agrícola e na escolha de apoios comunitários a co-financiar por fundos nacionais, os receios são alguns. “Na teoria, a medida até podia não ser muito má, se fôssemos um país tipo Suíça, todos a trabalhar, conscientes da importância de cada um. Aqui, sabemos como é...”, diz.

Pela PAC, cujo orçamento é autónomo, Portugal teve uma dotação a sete anos (2014-2020), a preços correntes, de 4,43 mil milhões de

euros no primeiro pilar (ajudas directas aos agricultores, financiada em 100% por fundos comunitários) e de 4,05 mil milhões de euros no segundo pilar (dos quais 500 milhões sem co-financiamento adicional no início do programa, por estar então sob ajuda financeira), que apoia o investimento na agricultura e florestas (comparticipado em 15% por fundos nacionais), através do Plano de Desenvolvimento Rural (PDR 2020).

O ministro da Agricultura, Florestas e Desenvolvimento Rural, Luís Capoulas Santos, afirmou no início deste mês que a dotação do PDR, referindo-se aos 4000 milhões de euros, tem agora uma taxa de execução de 41%, tendo recebido 48.243 candidaturas.

PDR está um “desastre”

Em entrevista, Oliveira e Sousa não fala de números, mas critica o andamento do PDR. “Em termos de resumo” sobre “as dotações das medidas [do programa]”, de “transição de concursos de projectos aprovados, não contratados e pedidos de pagamento”, contra-argumenta, “o desastre é total”. “A administração do PDR é um dos graves problema à ultrapassagem deste momento que a economia agrícola atravessa”. Porque, relembra, “é o principal instrumento de apoio ao investimento”. “Se o sector já deu provas que tem capacidade, e que é dinâmico nas exportações, como é que as pessoas não têm os projectos de investimento resolvidos rapidamente?”, questiona. O que é que a correr mal? “As dotações são insuficientes, a avaliação dos projectos é demorada, os critérios de avaliação não são os mais adequados”, assim como a “pontuação em termos de valores que os projectos têm” – “isto é o espelho do PDR”, garante.

Para o presidente da CAP, que há um ano substituiu João Machado, o ministro “tem que se debruçar sobre o problema”. “Porque, senão, corremos o risco de chegar ao fim do período e ter dinheiro para devolver a Bruxelas”, alerta.



Edição Lisboa • Ano XXIX • n.º 10.201 • 1,20€ • Segunda-feira, 26 de Março de 2018 • Director: David Dinis Adjuntos: Diogo Queiroz de Andrade, Tiago Luz Pedro, Vítor Costa Directora de Arte: Sónia Matos

Público

Grécia
Varoufakis regressa e traz um novo partido com ele
Mundo, 22



Imigrantes
Silvina está há oito anos em Portugal mas o filho ainda não tem direito ao SNS
Sociedade, 12/13

Genética
A história do primeiro mulato na Islândia é uma autêntica odisseia
Ciência, 26/27

Despesa do Estado com pessoal está em mínimos de 29 anos

Função pública Desde 1989 que peso dos salários no PIB não era tão baixo • Governo quer manter tendência, apesar da pressão à esquerda • INE deve confirmar hoje o défice mais baixo em democracia **Destaque, 2/3 e Editorial**

Catalunha O exílio de Carles Puigdemont terminou ao fim de 148 dias **p20/21**



Barcelona voltou a ser palco de gigantescas manifestações no dia em que o ex-líder catalão foi detido ao chegar à Alemanha

“Estado tem que indemnizar se ultrapassar o razoável na floresta”

Entrevista Presidente da CAP - Agricultores de Portugal avisa que reforma da floresta não se pode fazer contra os proprietários. Critica a gestão que o Ambiente faz da água. E recusa mexidas nas leis laborais **p16 a 19**



Terapias alternativas já têm 15 cursos a funcionar

Licenciaturas em Osteopatia e Acupunctura são quase todas no privado. Foram chumbados 13 cursos **p8/9**



Eleições: nova lei exclui quem não cumprir quotas de género

Alterações à Lei da Paridade têm aprovação certa na AR. Serão nulas as listas que não cumpram quota de 40% **p4/5**

Uma directora de Cultura que “não vê e nunca se interessou”

Criadores criticam dirigente que elogiou grupo de teatro que “não incomoda” com pedidos de subsídios **p28/29**

Egipto vai a votos, mas o que menos conta é o resultado

Ao assegurar a sua própria vitória, Sissi está a apertar o controlo do gigante árabe como nunca se viu **p24/25**